

12 DEZ 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Fux nega ação para barrar a juízes auxílio-moradia

Ministro levou em consideração aspectos formais ao rejeitar pedido; segundo ONG, rombo com benefício é de R\$ 4,7 bilhões

Luiz Vassallo

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, negou seguimento a uma ação popular movida contra decisão que autorizou o pagamento de R\$ 4,3 mil em auxílio-moradia a magistrados, promotores e conselheiros de Tribunais de Contas. A ação foi movida pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de 2.^a Instância do Estado de Minas, para que sejam declarados inconstitucionais os valores conferidos a magistrados que tenham residência ou domicílio na mesma comarca em que trabalham.

De acordo com a entidade, o pagamento do benefício, em modalidade indenizatória – que implica ressarcimento do servidor por gastos decorrentes das suas próprias funções –, vem sendo, na prática, uma forma de aumentar a remuneração dos juízes. “Afinal, o que está sendo indenizado? A moradia? Desde quando o agente público que trabalha e reside ou tem domicílio no local de sua lotação tem direito a ter a moradia custeada pela administração, na verdade, por todos os cidadãos brasileiros?”, questionou a entidade.

De acordo com estimativa da ONG Contas Abertas, desde setembro de 2014, quando o próprio Fux acolheu ação movida por um conjunto de magistrados, com apoio da Associação Nacional dos Juízes Federais, e proferiu decisão favorável aos

O custo

R\$ 4,7 bi

é o valor total do impacto aos cofres públicos causado pelo pagamento do benefício de auxílio-moradia para magistrados desde setembro de 2014, segundo estimativa da ONG Contas Abertas.

pagamentos dos benefícios, o benefício já custou R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos. O presidente da entidade, Gil Castelo Branco, disse que a margem de erro do cálculo é mínima, uma vez que são raros os magistrados que recusam receber a indenização. “Em um dos Estados, seis juízes não aceitaram. No Espírito Santo, apenas um se recusou a receber”, afirmou.

De acordo com a Contas Abertas, atualmente há 17 mil magistrados e 13 mil procuradores do Ministério Público Federal com potencial para receber o auxílio-moradia. Dados comparados da ONG dão conta de que o auxílio-moradia corresponde ao dobro do piso salarial dos professores, no valor de R\$ 2,9 mil.

Ação popular. Em sua manifestação, Fux não entrou no mérito da questão e levou em consideração decisões anteriores da Corte que sustentam o entendimento de que não cabe mover ações populares contra decisões judiciais – atos jurisdicionais.

Ao negar o seguimento da ação, na semana passada, Fux evocou decisão da Segunda Turma da Corte, de março de 2015, em que ficou estabelecido que

“o Supremo Tribunal Federal – por ausência de previsão constitucional – não dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra qualquer outro órgão ou autoridade da República”. “No âmbito da doutrina especializada do processo civil coletivo, o entendimento também é pacífico”, destacou o ministro na sua decisão. Procurado, o gabinete do ministro não se manifestou sobre a decisão.

Barroso. Em outra ação que julga validade da concessão do auxílio-moradia a todos os juízes, o ministro relator Luís Roberto Barroso encaminhou o caso para o plenário do Supremo Tribunal Federal. O processo ainda não foi pautado pela presidente da Corte, Cármen Lúcia.

CONTINUA

12 DEZ 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AMAURO SAAD

Uma decisão equivocada

A decisão proferida pelo ministro Luiz Fux é equivocada. A razão principal para a negativa da liminar foi a suposta inadequação da ação popular para questionar atos jurisdicionais. Tal posicionamento merece ser revisto pelo Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar, porque a ação popular é o instrumento previsto no artigo 37 da Constituição. Em segundo lugar porque, no caso concreto, o que a referida ação requer é a declaração de invalidade da Resolução n.º 199/2014 do CNJ. Tal ato, ao contrário do que sustenta o ministro, não tem natureza jurisdicional.

A resolução 199/2014, em verdade, é duplamente ilegal: primeiramente por conceder adicional de mais de R\$ 4,3 mil aos já robustos salários dos magistrados; de igual modo, por caracterizar tal adicional remuneratório como “indenização”, o que possibilitou a burla ao teto constitucional - R\$ 33,7 mil.

Em tempos de vacas magras (em que o corte de gastos é imprescindível), é no mínimo imoral que a classe dos magistrados continue a receber tal privilégio, ainda mais quando considerado que o Congresso discute a reforma da Previdência, afetando inúmeros brasileiros.

●
COORDENADOR DA ESPECIALIZAÇÃO EM
DIREITO ADMINISTRATIVO DA FACULDADE
DE DIREITO DO IDP-SP

12 DEZ 2017

O ESTADO DE S. PAULO

SUPER-SALÁRIOS

72 de 90 tribunais apresentam dados; CNJ não regula sistema de monitoramento

Cerca de quatro meses depois de a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, determinar que os tribunais brasileiros enviassem em dez dias os dados sobre pagamentos a magistrados, 72 de 90 tribunais já haviam encaminhado seus dados de maneira organizada e padronizada ao conselho até a tarde de ontem. O CNJ ainda não aprovou resolução que prevê um sistema de monitoramento para acompanhar e analisar as informações sobre os vencimentos de juízes, desembargadores e ministros. Procurada, a assessoria do CNJ disse que “não há previsão para julgamento de propostas apresentadas pela Corregedoria para monitoramento”.

12 DEZ 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-assessor de Temer vira réu em caso da mala

Juiz de Brasília aceita denúncia do MPF contra
Rodrigo Rocha Loures, filmado com R\$ 500 mil

Fabio Scerapião / BRASÍLIA

Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-deputado federal e ex-assessor do presidente Michel Temer, virou réu no caso da mala com R\$ 500 mil entregue por um executivo do Grupo J&F. O juiz Jaime Travassos Sarinho, da 10.ª Vara Federal de Brasília, aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra Loures por corrupção passiva.

O ex-deputado foi gravado e filmado em negociações de recebimento de supostas propinas e também ao receber a mala de dinheiro, em São Paulo.

A denúncia é a mesma oferecida contra Temer por crime de corrupção passiva e que teve o prosseguimento barrado por decisão da Câmara. Após a decisão dos deputados, o relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, enviou para a primeira instância a parte da acusação que trata de Loures por ele não ter direito a foro privilegiado depois que deixou de ser parlamentar. A acusação foi retificada pelo procurador Frederico Paiva, na Procuradoria do Distrito Federal.

No entendimento do juiz, "há substrato probatório mínimo que sustenta a inicial acusatória, existindo, portanto, justa causa para a deflagração da ação penal". Sarinho é o juiz auxiliar na 10.ª Vara Federal, responsável por processos que não envolvam lavagem de dinheiro e organização criminosa. O caso foi sorteado entre ele, o juiz titular Vallisney de Souza Oliveira e o substituo Ricardo Leite.

Loures foi filmado recebendo a mala do executivo da JBS Ricardo Saud. O ex-deputado, segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), seria um intermediário entre o presidente e o empresário Joesley Batista. O pagamento era parte de R\$ 38 milhões que Batista teria prometido para que o grupo político do presidente atuasse em assuntos de interesse da JBS no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Materialidade. Ao receber a denúncia, o juiz afirmou que os relatos da acusação estão "materializados" nos relatórios policiais, áudios, vídeos, fotos e diversos documentos colhidos na investigação feita pela Polícia Federal e PGR.

Sarinho lista 12 documentos que materializam a acusação contra Loures, como o áudio da conversa entre ele e Joesley, os relatórios de análises produzidos com base nas conversas interceptadas do ex-deputado e o depoimento de Joesley, Saud e de Florivaldo Caetano, todos do Grupo J&F. "Concluo que a peça acusatória cumpre os requisitos formais, descreve fatos que, em tese, são criminosos e está amparada em elementos de convicção que, em exame preliminar, confortam as circunstâncias de fato e de direito nela relatadas", afirmou o juiz em seu despacho.

A defesa de Loures não se manifestou. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência informou que não comentaria o caso. No Planalto, auxiliares de Temer evitam falar sobre o tema. Alguns tentam afastar a relação de proximidade do presidente com o ex-deputado, que tinha uma sala próxima ao gabinete presidencial. / COLABOROU CARLA ARAÚJO

Rocha Loures vira réu no caso da mala com R\$ 500 mil

A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público e transformou o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que também foi assessor do presidente Michel Temer, em réu no caso da mala de R\$ 500 mil entregue por executivo da JBS. Gravado e filmado em negociações e ao receber a mala de dinheiro, Rocha Loures vai responder a processo por corrupção passiva

12 DEZ 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar levanta suspeita sobre viagens e caravanas

Cláudia Trevisan

CORRESPONDENTE / WASHINGTON

Para o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, atos antecipados de campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) poderão levar à condenação por abuso de poder econômico e à cassação de eventual diplomação caso sejam financiados de maneira irregular.

Na semana passada, Gilmar foi voto vencido em decisões que rejeitaram processos contra os dois pré-candidatos sob a acusação de antecipação de campanha eleitoral. Em sua avaliação, a pergunta que deve ser respondida é não apenas se há campanha antecipada, mas quem está financiando.

“Há estruturas aí que já passam – jatinhos, deslocamentos de caravanas, ônibus, reunião organizada de pessoas e tudo mais. Tudo isso precisa ser avaliado. Acho que esse vai ser o tema do tribunal já em fevereiro”, afirmou o ministro em Washington, onde participou de assinatura de convênio que prevê o envio de observadores da Organização dos Estados

TSE. Ação contra Lula foi arquivada

Americanos (OEA) para acompanhar as eleições presidenciais de 2018. “Alguém está financiando isso.”

A assessoria de Lula afirmou que as caravanas são pagas com recursos do partido e disse que a ação foi arquivada pelo TSE na semana passada, seguindo voto do relator do caso.

Já a assessoria de Bolsonaro não foi localizada até a conclusão desta edição.

Paes e Pedro Paulo estão inelegíveis por 8 anos, diz TRE

● O Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) determinou, ontem, por unanimidade, que o ex-prefeito do Rio Eduardo Paes e o deputado federal Pedro Paulo, ambos do PMDB, estão inelegíveis por oito anos. Pedro Paulo foi secretário de Paes e concorreu à Prefeitura no ano passado. Os dois foram condenados por “abuso de poder político e econômico” e “conduta vedada a agente público” na campanha eleitoral de 2016. Em nota conjunta, Paes e Pedro Paulo disseram que receberam a decisão “com respeito, mas com surpresa”. Eles afirmaram que vão recorrer ao próprio TRE. / ROBERTA JANSEN

12 DEZ 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

União estável com pessoa casada exige citação do cônjuge, diz STJ

É possível o reconhecimento judicial da união estável com pessoa casada, mas desde que o cônjuge seja citado no processo. De acordo com a ministra Isabel Galloti, do Superior Tribunal de Justiça, o entendimento da corte é o de que “somente quando exercida a ampla defesa de terceiro se pode admitir o reconhecimento de união estável de pessoa casada”.

Seguindo esse entendimento, a 4ª Turma do STJ cassou as decisões em uma ação de reconhecimento e dissolução de união estável com divisão de patrimônio porque um dos conviventes era casado e sua mulher não foi citada no processo.

A autora da ação pedia o reconhecimento da união estável com o homem no período em que ele ainda era oficialmente casado.

Só versão da PM não pode embasar condenação

A Súmula 70 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro admite a condenação apenas com base em depoimentos de policiais, mas só caso não existam outras provas ou seja impossível obtê-las e caso os relatos dos agentes sejam coerentes. No entanto, se o crime atribuído ao acusado for de tráfico de drogas e a quantidade de entorpecente encontrada com ele for pequena, não se pode enquadrá-lo nesse delito

sem fundamentação.

Com esses argumentos, os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Salo de Carvalho e Mariana de Assis Brasil e Weigert afirmam, em parecer, que a condenação do catador de materiais recicláveis Rafael Braga por tráfico de drogas foi ilegal e inconsistente. A apelação dele será julgada nesta terça-feira (12/12) pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

12 DEZ 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB vai ao Supremo para que Legislativo regulamente cargos de confiança

A falta de regulamentação dos percentuais para preenchimento de cargos em comissão motivou ação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na qual a entidade pede que o Supremo Tribunal Federal obrigue o Legislativo e o Executivo a criarem uma lei sobre o tema.

O artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, estabelece que “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percen-

tuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”. No entanto, essa lei que deveria determinar os percentuais mínimos e as condições nunca foi publicada.

Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a OAB argumenta que a Constituição veda a possibilidade de ocupação desses cargos indistintamente por particulares, com base nos princípios do concurso público, da moralidade administrativa, da isonomia, do interesse público, da proporcionalidade e republicano.

12 DEZ 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BERNARDO BITTENCOURT

Assembleia inicia votação da LOA 2018

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) começa a votar na sessão plenária desta segunda-feira o projeto de lei da Lei Orçamentária Anual (LOA), de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Governo do Estado para o exercício financeiro do ano de 2018. As receitas para o próximo ano serão de R\$ 59,7 bilhões.

Das 1.435 emendas apresentadas ao Orçamento pelos parlamentares, no Legislativo, o relator acatou 1.365, especialmente emendas às despesas previstas, emendas programáticas, emendas ao texto do projeto e mesmo emendas coletivas, num total de 95% de aproveitamento das proposições dos deputados à LOA.

A execução orçamentária em Educação será de 30%, equivalente a R\$ 8,505 bilhões; em Saúde a vinculação prevista de 12% representa R\$ 3,401 bilhões; e em Segurança Pública o Poder Executivo vai destinar R\$ 3,795 bilhões.

Já para o Poder Legislativo, o repasse será de 5% (sendo 3,1% para a Assembleia Legislativa e 1,9% para o Tribunal de Contas); para o Poder Judiciário estão previstos 9,5% e 4,1% ao Ministério Público.

12 DEZ 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça aceita denúncia contra Rocha Loures

O ex-deputado federal e ex-assessor do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, passou à condição de réu nas investigações a partir das delações da JBS.

É que a Justiça Federal em Brasília aceitou nesta segunda-feira a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra Rocha Loures por corrupção passiva. A decisão é do juiz Jaime Travassos Sarinho. Loures foi flagrado pela Polícia Federal (PF), em junho passado, recebendo uma mala com R\$ 500 mil na Operação Patmos, investigação baseada na delação premiada de executivos da empresa JBS. Ele foi preso a pedido do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, mas ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar enquanto responde ao processo criminal.

O caso começou a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o ministro Edson Fachin entendeu que o ex-deputado não tem mais foro privilegiado e deve responder às acusações na primeira instância.

BEM PARANÁ

PARCERIA

Ministério da Justiça lança projeto Mulheres Livres no Paraná

12 DEZ 2017

O Paraná será o primeiro estado brasileiro a receber o projeto Mulheres Livres, criado para atender mulheres que cumprem pena no sistema prisional na rede estadual de proteção social. A iniciativa é do Ministério da Justiça e Segurança Pública e será desenvolvida em parceria com o Governo do Estado e Tribunal de Justiça do Paraná. A governadora em exercício Cida Borghetti assinou, ontem, o acordo de cooperação com o Ministério para a implantação do projeto no Estado.

“Este programa vem se somar ao que o Paraná já desenvolve, para a reinserção social de detentos”, afirmou a governadora em exercício ressaltando que o Estado foi escolhido para receber o piloto do projeto por ter a política de encarceramento feminino estruturada.

O objetivo central do Mulheres Livres é criar uma rede de apoio para reinserção social de presas provisórias ou em regime especial que estão grávidas e ou já são mães com filhos ainda pequenos.

O programa terá quatro etapas. A primeira é o levantamento de dados processuais e pessoais de todas as mulheres privadas de liberdade. A segunda prevê a mobilização de defensores públicos estaduais e federais para atendimento jurídico das participantes. As mulheres que se enquadrarem nos ternos do Judiciário serão beneficiadas com a liberdade, que é a terceira etapa do projeto, e depois incluídas na rede de proteção social (quarta etapa). O Mulheres Livres prevê ainda o acolhimento das usuárias de drogas, e também em programas sociais federais.

O diretor-geral do Departamento Penitenciário do Paraná, Luiz Alberto Cartaxo Moura, explicou que o Estado possui cerca de 600 mulheres no sistema prisional estadual e, destas, um terço já ocupa o mercado de trabalho devido a parcerias com a iniciativa privada. A expectativa é que com o Mulheres Livres em ação no Estado, o número de trabalhadoras passe de 400. “Não existe ressocialização sem trabalho e assistência”, afirmou.

12 DEZ 2017

BEMPARANÁ

Juiz transforma Rocha Loures em réu por mala de R\$ 500 mil

Rocha Loures vira réu por mala com R\$ 500 mil

Ex-deputado paranaense vai responder por corrupção passiva na Justiça de Brasília

O juiz Jaime Travassos Sarinho aceitou denúncia do Ministério Público Federal e transformou o ex-assessor do presidente Michel Temer, e ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) em réu no caso da mala de R\$ 500 mil entregue por um executivo da JBS. Gravado e filmado em negociações e ao receber uma mala, o ex-assessor presidencial irá responder ao processo penal na 10ª Vara Federal em Brasília por corrupção passiva.

A denúncia é a mesma oferecida contra Michel Temer por crime de corrupção passiva e que teve o prosseguimento inviabilizado por decisão da Câmara dos Deputados. Após a decisão dos deputados, o relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, enviou para a primeira instân-



Franklin de Freitas

Rocha Loures: propina flagrante

cia a parte da acusação formal que trata de Loures. A acusação foi retificada pelo procurador Frederico Paiva, na Procuradoria do Distrito Federal

No entendimento do juiz Jaime Sarinho, verifica-se que “há substrato probatório mínimo que sustenta a

inicial acusatória, existindo, portanto, justa causa para a deflagração da ação penal”. Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala de R\$ 500 mil do executivo da JBS Ricardo Saud. De acordo com a investigação, o ex-assessor seria um intermediário entre o presidente e o empresário Joesley Batista. O pagamento era parte de R\$ 38 milhões que Batista teria prometido para que o grupo político do presidente atuasse em assuntos de interesse da JBS no Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ao receber a denúncia, o juiz apontou que os relatos da acusação estão “materializados” nos relatórios policiais, áudios, vídeos, fotos e diversos documentos colhidos na investigação feita pela Polícia Federal e PGR.

Justiça solta irmã de Lúcio Funaro

O juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal em Brasília, acatou pedido da defesa e soltou a irmã do corretor Lúcio Bolonha Funaro, Roberta Funaro. Com a decisão, Roberta não precisa mais cumprir a prisão domiciliar estabelecida em junho pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), nem utilizar tornozeleira eletrônica.

Roberta foi alvo da operação Patmos, desdobramento da delação dos executivos da JBS. Ela foi filmada pela Polícia Federal recebendo valores do Grupo J&F em nome do irmão. Os pagamentos, segundo os delatores da J&F, seriam uma forma de comprar o silêncio de Funaro e evitar que ele assinasse um acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal.

O pedido de soltura de Roberta aceito pela Justiça foi assinado pelos advogados Bruno Espiñeira e Victor Minervino Quintiere. Segundo o juiz Ricardo Leite, há indícios suficientes que “permitem concluir que Roberta não possuía ciência de que valores por ela recebidos.

12 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

Rocha Loures vira réu por receber mala contendo R\$ 500 mil da JBS

Defesa quer que caso vá ao Supremo para ser julgado com Temer

FÁBIO FABRINI
DE BRASÍLIA

O juiz Jaime Travassos Sarinho, da 10ª Vara Federal em Brasília, aceitou nesta segunda-feira (11) denúncia contra o ex-assessor do presidente Michel Temer Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) por corrupção passiva.

Loures passa agora à condição de réu no processo em que é acusado de receber uma mala com R\$ 500 mil em propina da JBS, cujo destinatário final seria o presidente.

A denúncia foi oferecida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) originalmente contra Temer e o ex-assessor, mas a Câmara dos Deputados negou seguimen-

to da ação contra o presidente, o que só poderá ocorrer depois que ele deixar o cargo.

Com isso, o STF (Supremo Tribunal Federal) remeteu os autos para a primeira instância, na qual correrá agora a ação penal contra Loures. A denúncia inicial da PGR foi ratificada pelo procurador da República Frederico de Carvalho Paiva, do MPF (Ministério Público Federal) no Distrito Federal.

Em abril, Loures foi filmado pela PF, durante ação controlada, ao sair correndo com a mala de uma pizzaria em São Paulo. O dinheiro havia sido entregue por Ricardo Saud, executivo da JBS.

O sócio da empresa, Joesley Batista, e demais dirigen-

tes fizeram acordo com a PGR e delatado suposto esquema de corrupção envolvendo o ex-assessor e o presidente.

O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot sustentou na acusação que o presidente usou o auxiliar como intermediário para receber vantagem ilícita. Os R\$ 500 mil seriam parte de uma propina maior, de R\$ 38 milhões, a ser paga ao longo de nove meses.

O juiz não concordou com a defesa de Loures, que alega ser necessário remeter o caso ao Supremo para que ele seja julgado junto com Temer. Ele argumentou que o ministro do Supremo Edson Fachin determinou a continuidade, na primeira instância.

MÔNICA BERGAMO

CHANCE ZERO

As chances de o STF (Supremo Tribunal Federal) negar que o processo contra Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor de Michel Temer, siga desmembrado do que corre contra o presidente são mínimas. O placar da corte estará desfalcado no dia do julgamento (quarta, 13). Gilmar Mendes está viajando e Ricardo Lewandowski estará ausente por motivo de saúde. A defesa tinha esperança de que eles pudessem se alinhar com a tese que sustenta.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Muito além da mala

BRASÍLIA - Um homem sai apressado de uma pizzaria nos Jardins. Está escuro, mas é possível ver que ele arrasta uma mala de rodinhas pela calçada. O homem some por um instante e reaparece correndo na direção de um táxi. Ele deposita a mala do bagageiro, dá uma olhada para trás e bate a porta, sem perceber que está sendo filmado.

A cena dura apenas 25 segundos. Seu protagonista é Rodrigo Rocha Loures, então assessor especial da Presidência da República. Ele devolveu à Polícia Federal o conteúdo da mala: R\$ 500 mil em espécie. Depois foi preso, sob suspeita de receber propina da JBS em nome do chefe.

Nesta segunda-feira, um juiz federal de Brasília transformou Rocha Loures em réu. Em prisão domiciliar e monitorado por uma tornozeleira eletrônica, ele passará a responder processo por corrupção passiva.

A Procuradoria-Geral da República concluiu que o peemedebista atuava como “longa manus” de Michel Temer. O presidente também foi denunciado, mas não terá que se explicar ao juiz. Ele está imune ao alcance da lei até deixar o cargo, em 2019.

O caso reforça a utilidade do foro privilegiado para políticos sob suspeita. Rocha Loures só virou réu porque deixou de ser deputado. Era suplente de Osmar Serraglio, que reassumiu o mandato em junho. O presidente ainda conta com uma proteção extra: só pode ser processado com o aval de dois terços dos deputados.

Temer foi salvo pela Câmara, mas voltará a enfrentar o fantasma do homem da mala. Pressionado, ele pode tornar a pensar num acordo de delação. A decisão desta segunda também deve ter contrariado o novo diretor da Polícia Federal, Fernando Segovia. Ao tomar posse, ele disse que “uma única mala” não era suficiente para acusar o chefe de corrupção.

Ao aceitar a denúncia contra Rocha Loures, o juiz Jaime Travassos Sarinho anotou que as provas vão muito além disso. Incluem “relatórios policiais, áudios, vídeos, fotos e diversos documentos”.

12 DEZ 2017

12 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

Nos EUA, Gilmar Mendes defende

\\ semipresidencialismo

Em Washington para assinatura de acordo eleitoral com OEA, ministro do STF minimizou críticas ao Congresso

ALEXANDRA BICCA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE
WASHINGTON

Em reunião em Washington nesta segunda (11), o ministro do STF Gilmar Mendes minimizou as críticas da população ao Congresso, que segundo o Datafolha vive seu momento de pior rejeição na história recente, e defendeu o modelo semipresidencialista.

Um dos idealizadores da proposta que cria a figura do primeiro-ministro e dá mais poderes ao Parlamento, o ministro acredita que a medida, que passaria a valer apenas em 2022, forçaria a realização de uma reforma política e eleitoral, além de dar mais “responsabilidade fiscal” aos deputados e senadores.

“O Congresso está em grande descrédito, mas as instituições em geral também estão, e não só no Brasil. É um fenômeno mundial. E o Congresso está se redimindo. Aprovou neste período medidas importantíssimas, como a reforma trabalhista”, afirmou.

Pesquisa Datafolha realizada nos dias 29 e 30 de novembro mostra que 60% dos brasileiros consideram ruim ou péssimo o desempenho dos atuais 513 deputados federais e 81 senadores.

Com o semipresidencialismo, o ministro avalia que haverá mais compromisso dos parlamentares com o governo.

“O Congresso hoje no Brasil é muito forte, vocês sabem disso. Mas, ao mesmo tempo, fora em momentos muito especiais, ele não tem grande responsabilidade fiscal, é um pouco indiferente aos destinos da governança, acaba

muitas vezes aprovando medidas de caráter populista.”

Gilmar Mendes lembrou que, dos quatro presidentes eleitos no período democrático, apenas dois completaram seus mandatos, o que, para ele, demonstra instabilidade e a necessidade de uma reforma estruturante.

“Por sorte, talvez por mecanismos institucionais, nós não tivemos uma crise maior, intervenção de militares e tudo mais. Pelo contrário, nós estamos vivendo o mais longo período de normalidade institucional, pelo menos de nossa vida republicana”, completou.

Também presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes foi a Washington assinar convênio de observação eleitoral com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Um dos objetos do acordo é evitar a atuação no pleito de 2018 de grupos que difundem notícias falsas.

Durante a reunião, o ministro disse que o TSE pode tomar medidas mais fortes contra as pré-campanhas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) à Presidência, inclusive cassando uma eventual diplomação de ambos, se comprovado abuso de poder econômico.

Na semana passada, o tribunal TSE julgou improcedentes representações da Procuradoria-Geral Eleitoral contra os dois por suposta campanha eleitoral antecipada.

“Caravanas, comícios, carros de som, carreatas e coisas do tipo não são feitas de forma improvisada. Alguém está financiando isso”, destacou.

Acho que esse vai ser o tema do tribunal em fevereiro.”

FOLHA DE S. PAULO

HELIO SCHWARTSMAN

Sistema em ruínas

SÃO PAULO - O problema não é a Lava Jato nem as operações destrambelhadas da PF em universidades. O problema são a Justiça, o MP, a PF e outras polícias como um todo.

12 DEZ 2017

É claro que a Lava Jato, apesar de seu saldo amplamente positivo, cometeu abusos. É claro que as conduções coercitivas são uma palhaçada, mesmo quando precedidas de intimação. Num país cuja Constituição assegura a réus e suspeitos o direito de permanecer em silêncio, levá-los para depor "manu militari" não passa de um exercício de exibicionismo narcísico e um enorme desperdício de gasolina pública.

Se o cidadão diz que não vai falar nada, a única coisa sensata a fazer é deixá-lo em paz e registrar que ele invocou o direito de não produzir prova contra si mesmo. Obviamente, isso também vale para CPIs.

Parece-me um erro, porém, atribuir as exorbitâncias de juízes e investigadores a especificidades da Lava Jato ou das operações em universidades. Os excessos de juízes, promotores e policiais são a regra geral do sistema. Se for para arriscar um palpite, diria até que os empresários, políticos e professores agora investigados são tratados com mais reverência do que o cidadão médio na mesma situação.

A melhor prova de que é o sistema todo que é disfuncional vem dos recém-divulgados dados da população carcerária. No Brasil, 40,2% das quase 700 mil pessoas que estão atrás das grades são presos provisórios, isto é, sem uma condenação.

É ótimo que a sociedade civil acorde para o grave problema dos abusos judiciais, mas seria lamentável se a indignação resultasse em mudanças apenas para réus da Lava Jato e de operações similares, deixando de lado a massa carcerária.

A verdade é que o sistema está tão podre que, hoje, quanto mais gente nós prendemos, mais recrutas oferecemos às organizações criminosas que operam nas cadeias.

FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

Redução da pena

RIO DE JANEIRO - Sérgio Cabral e a ex-primeira dama Adriana Ancelmo vão cursar a mesma faculdade na qual o traficante Fernandinho Beira-Mar está quase se formando. A Fabapar (Faculdade Batista do Paraná) oferece curso a distância para presos que buscam redução de pena. Cabral (condenado no total a 72 anos e quatro meses de reclusão), Adriana (18 anos e três meses) e Beira-Mar (mais de 300 anos) optaram por estudar teologia. Tempo para ocupar-se com Deus não lhes faltará.

Espero estar enganado, mas o esquema me parece aquele do pagou-passou. O valor do semestre na faculdade é de R\$ 2.664, podendo ser pagos em seis parcelas de R\$ 444. O ex-governador, em seus tempos de estudante de jornalismo, era menos visto nas salas de aula do que nos campinhos de pelada, envergando a gloriosa camisa do Bonecas Forever (o cantor Toni Platão, craque do time, está aí para não me deixar mentir).

Em todo caso, para graduar-se em teologia, Sérgio Cabral terá de ler ao menos as "Confissões" de Santo Agostinho. Livro raro: uma autobiografia sincera. Escrita em 397, aborda a trajetória desse vaidoso professor de retórica que, antes da conversão, dedicou-se à busca mundana da projeção política, dos negócios escusos e do prazer.

Em outra cela de cadeia, Eduardo Cunha (condenado a 14 anos e meio) aderiu ao programa de remição de pena pela leitura. Até agora, ele garante ter lido nove livros, ou seja, 36 dias a menos na prisão. Entre as obras, que devem ser obrigatoriamente resenhadas pelo detento, estão três romances de Moacyr Scliar; "O Pagador de Promessas", de Dias Gomes; "Tufão", de Joseph Conrad; e "O Estrangeiro", de Albert Camus.

Gostaria de saber o que pensa Cunha de Meursault, o personagem de Camus que cometeu um crime absurdo. E de sua atitude diante do mundo, de pouco se importar pelo que fez.

12 DEZ 2017

12 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

Entidade paga aborto de brasileira na Colômbia após negativa do STF

Estudante conseguiu procedimento sob o argumento de que saúde psicológica estava em risco

Ação foi elaborada pelo PSOL e Instituto Anis; ONG pagou passagem e hospedagem, clínica bancou valor do aborto

NATHALIA PASSARINHO
DA BBC BRASIL EM LONDRES

Com nove semanas de gestação e nenhuma previsão de resposta definitiva do Judiciário brasileiro sobre o pedido para realizar um aborto, Rebeca Mendes Silva tomou uma decisão – fez o procedimento de interrupção da gravidez legalmente na Colômbia.

Ela se diz segura sobre a escolha. “Me sinto muito aliviada de ter seguido por esse rumo. Por estar onde estou agora. Não sinto tristeza, não me sinto angustiada. Me sinto aliviada por estar onde estou.”

Estudante de Direito e mãe de dois meninos, um de nove anos e o outro de seis, Rebeca descobriu a gravidez no dia 14 de novembro e pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma liminar (decisão provisória) para abortar.

A ação foi elaborada pelo PSOL e o Instituto Anis – Instituto de Bioética, que argumenta que a criminalização do aborto fere princípios e direitos fundamentais garantidos na Constituição, como

dignidade, liberdade e saúde.

A relatora, ministra Rosa Weber, não chegou a analisar os argumentos do pedido. Segundo ela, a ação utilizada – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) – não serve para situações individuais concretas, mas para questões abstratas.

Rebeca, então, entrou com um habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que ainda não decidiu. Ela passou então a buscar soluções em outros países.

A possibilidade de abortar na Colômbia surgiu quando foi convidada para participar de um seminário em Bogotá organizado pelo Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro, ONG de pesquisa dos direitos reprodutivos.

Passagem e hospedagem foram pagos por essa organização. “Eu aproveitei que aqui é legalizado e realizei o procedimento, com medo de uma demora ou negativa do Judiciário brasileiro”, afirma.

Desde 2006, a interrupção da gravidez até o terceiro mês é permitida na Colômbia para garantir a vida da mãe, salvaguardar a saúde física e mental dela, e em casos de estupro, incesto e deformidade severa do feto.

No Brasil, a lei só permite aborto em caso de estupro e

risco de vida da mãe. Uma decisão do STF também assegurou a possibilidade de interrupção de gravidez quando o feto apresenta anencefalia.

A pena para uma mulher que intencionalmente interrompa a gravidez é de um a três anos de detenção.

Rebeca não pode ser punida no Brasil, diz o advogado criminalista Pierpaolo Bottini. “Nosso Código Penal diz que você só responde por crimes cometidos em território nacional. Você pode responder, excepcionalmente, por crimes praticados fora desde que seja um crime também no país onde foi cometido.”

“No caso do aborto, como ele não é crime na Colômbia, ela não poderá ser punida quando voltar ao Brasil.”

CONTINUA

SAÚDE MENTAL

Rebeca conseguiu realizar o procedimento na Colômbia sob o argumento de que seria importante para resguardar sua saúde psíquica. Chegou a Bogotá na terça-feira (5), com um laudo médico atestando que se encontrava num quadro de ansiedade e estresse, que poderia evoluir para “depressão moderada ou grave”.

Nele, a psiquiatra Wilza Villeira Villela diz: “Somos favoráveis que se faculte à Sra. Rebeca Mendes Silva Leite o direito de interromper a gestação, protegendo assim a sua saúde mental, a dos filhos, e ainda evitando que nasça uma criança marcada pela rejeição materna e paterna e pelos graves prejuízos emocionais que tal situação acarreta.”

Rebeca se internou em uma das 30 clínicas do Profamilia, uma empresa privada que se dedica a pesquisas sobre saúde sexual e atendimento a mulheres que querem interromper a gravidez.

“O Profamilia assumiu os custos. Ela veio financiada por uma ONG e realizamos a interrupção da gestação por ela ser uma mulher pobre, de 30 anos, com dois filhos. E pelo fato de a gravidez estar gerando estresse psicológico, podendo ser enquadrada nos casos em que prestamos assistência gratuita”, diz Luz Janeth Forero, gerente de projetos do Profamilia.

Rebeca deixou a clínica com um anticoncepcional subcutâneo –implante que libera hormônios e previne a gravidez por até cinco anos.

“Eu estava muito bem orientada. Eu fiz o procedimento e saí com o método contraceptivo que escolhi. Diferente do Brasil, onde colocaram diversos empecilhos e eu acabei onde estava, com uma gravidez indesejada”, afirma.

Ela diz que engravidou

num período de troca de método contraceptivo. Em setembro, fez uma consulta pelo SUS e pediu para usar DIU (dispositivo intra-uterino), mas o exame de ultrassonografia exigido pelo médico só foi agendado para dezembro.

PLANOS DE FUTURO

Rebeca está no quinto semestre de Direito, pago com bolsa integral do Proni. Atualmente, recebe um salário de R\$ 1.200 em um emprego temporário no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que vai até fevereiro, e paga um aluguel de R\$ 600.

Separada do pai dos dois filhos –que também era o pai do bebê que ela esperava– recebe uma pensão que varia de R\$ 700 a R\$ 1.000 por mês.

“Quando meus filhos eram pequenos eu que olhava, eu que sou a mãe. Eu tive que esperar os dois crescerem um pouco mais para poder ir para a faculdade. Ninguém passou a mão na minha cabeça. Ou eu tive que me virar sozinha ou tive que pagar pessoas para olharem”, diz.

Desde que entrou com a ação no STF, Rebeca passou a ser alvo de apoio e de críticas. “Eu acho que quem criticou vai continuar. E quem apoiou vai continuar apoiando. Isso não muda muito com o procedimento. A minha expectativa é a melhor possível”, diz.

“Vi que existe um país muito próximo ao Brasil, um país que, mesmo sendo muito religioso, tal qual o Brasil, eles estão à nossa frente no que diz respeito à dignidade e respeito ao corpo e à decisão das mulheres”, complementa.

“O Profamilia assumiu os custos. Ela veio financiada por uma ONG e realizamos a interrupção da gestação por ser uma mulher pobre, de 30 anos, com dois filhos

JANETH FORERO

gerente de projetos do Profamilia, empresa colombiana dedicada a pesquisas sobre saúde sexual e atendimento a mulheres que querem abortar

“Fiz o procedimento e saí com o método contraceptivo que escolhi. Diferente do Brasil, onde colocaram diversos empecilhos e acabei onde estava, com uma gravidez indesejada

REBECA MENDES SILVA
estudante de direito

12 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Os três mosqueteiros

Michel Temer colocou nas mãos dos ministros Ricardo Barros (Saúde), Alexandre Baldy (Cidades) e Helder Barbalho (Integração Nacional) uma última cartada para tentar aprovar a reforma da Previdência. O presidente pediu que os três façam uma readequação nos orçamentos de suas pastas para abrir um espaço de R\$ 3,6 bilhões em recursos a serem negociados com a base aliada na Câmara. Disse ter pressa. E avisou que gostaria de ver as mudanças equacionadas até esta terça (12).

Nossos Juízes Presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti lembra que, ao final da CPI da Funai, o relator Nilson Leitão (PSDB-MT) apontou desvios de procuradores e enviou o relatório ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que arquivou o caso.

12 DEZ 2017

FOLHA DE LONDRINA

Sob protestos de servidores, AL aprova orçamento de 2018

No texto da LOA, governo prevê promoções e progressões, mas não garante pagamento da data-base ao funcionalismo público

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Aos gritos de "vergonha", "data-base é direito" e "não me representam", que vinham das galerias da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, os deputados estaduais aprovaram nessa segunda-feira, em primeiro turno, o substituto da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2018. O texto, que prevê receita corrente líquida de R\$ 59,7 bilhões, para fixação de despesas, passou com 35 votos a favor e nove contrários. A polêmica existe porque ele prevê o pagamento de promoções e progressões, mas não garante a reposição inflacionária do funcionalismo.

A bancada de oposição apresentou um requerimento, propondo que a questão fosse votada como destaque em plenário. No entanto, foram coletadas apenas 11 das 18 assinaturas necessárias. "Precisamos criar as condições para que o servidor público tenha reposição. A in-

flação corrói o salário e destrói o poder de compra. Esse reajuste concedido em fevereiro de 2016 é referente a 2015. Então, se não tiver reajuste no ano que vem, serão dois anos sem", discursou o líder do PT, Professor Lemos, sem sucesso.

Conforme o líder da situação, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), o pagamento depende da disponibilidade financeira. "Em relação ao orçamento global [a LOA] é menor do que a de 2017. Tivemos R\$ 60,9 bilhões e agora é de R\$ 59,7 bilhões. Ou seja, há recessão e queda de receitas das mais diversas fontes", destacou.

Por isso, a exemplo do que vêm fazendo desde as negociações relativas à greve de 2015, servidores públicos foram à Casa para pressionar os parlamentares. Antes mesmo da votação, porém, o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), se irritou com o protesto e ordenou que as pessoas se retirassem do plenário. "Peço que a galeria cesse esse tipo de comportamento. Seguranças, retirem

esses maus educados", disse.

De acordo com a professora Marlei Fernandes, do FES (Fórum das Entidades Sindicais), o relatório aprovado é equivocado, uma vez que estima R\$ 3,2 bilhões a menos de arrecadação. "Não há impeditivo na LOA de pagar a data-base, mas nós sabemos que a intencionalidade do governo é justamente essa." Ela contou que a mobilização continua. "Os deputados governistas do camburão vão ter os nomes expostos em suas regiões, porque a população precisa saber da negativa que fazem aos servidores."

CONTINUA

12 DEZ 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ALOA

Das 1.435 emendas apresentadas pelos parlamentares, o relator da peça na Comissão de Orçamento, Elio Rusch (DEM) acatou 1.365, especialmente emendas às despesas previstas, programáticas, ao texto do projeto e emendas coletivas, num total de 95% de aproveitamento. Segundo ele, o critério utilizado foi técnico, independentemente de partido ou da posição política de cada um.

A principal mudança é a redução do percentual de remanejamento. O Executivo agora poderá mexer em 5% do montante sem autorização do Legislativo. No documento original, a gestão Beto Richa (PSDB) planejava garantir uma margem de 15%, para uma possível flexibilização e compromissos financeiros.

Na educação, continuam previstos R\$ 8,5 bilhões, o que corresponde ao investimento mínimo constitucional, de 30%. Em saúde, por sua vez, o governo vai direcionar R\$ 3,4 bilhões, o equivalente aos 12% legais, enquanto na segurança aplicará outros R\$ 3,79 bilhões, totalizando 13%. Antes da sanção, a LOA precisa passar por uma segunda votação, o que, conforme Romanelli, deve acontecer na próxima segunda-feira (18).

RECESSO

Além da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2018, a ordem do dia de ontem na AL continha outros 39 itens. Isso porque é necessário "limpar a pauta" antes do recesso parlamentar, que regimentalmente começa em 22 de dezembro. A maioria das matérias, contudo, dizia respeito a doações de imóveis. De acordo com o líder do governo Beto Richa (PSDB) na Casa, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), a expectativa é de que haja sessões até o dia 20. "Temos ainda muitos projetos importantes para serem votados neste ano, como mensagens que tratam da gestão de fundos", contou.

12 DEZ 2017

FOLHA DE LONDRINA

Rocha Loures vira réu por corrupção no caso da mala de R\$ 500 mil da JBS

Fabio Serapião

Agência Estado

Brasília - O juiz Jaime Travassos Sarinho aceitou denúncia do MPF (Ministério Público Federal) e transformou o ex-assessor do presidente Michel Temer Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) em réu no caso da mala de R\$ 500 mil entregue por um executivo da JBS. Gravado e filmado em negociações e ao receber uma mala, o ex-assessor presidencial irá responder ao processo penal na 10ª Vara Federal em Brasília por corrupção passiva.

A denúncia é a mesma oferecida contra Michel Temer por crime de corrupção passiva e que teve o prosseguimento inviabilizado por decisão da Câmara dos Deputados. Após a decisão dos deputados, o relator do inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, enviou para a primeira instância a parte da acusação formal que trata de Loures. A acusação foi retificada pelo procurador Frederico Paiva, na Procuradoria do Distrito Federal.

No entendimento do juiz Jaime Sarinho, verifica-se que "há substrato probatório mínimo que sustenta a inicial acusatória, existindo, portanto, justa causa para a deflagração da ação penal".

Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala de R\$ 500 mil do executivo da JBS Ricardo Saud. De acordo com a investigação, o ex-assessor seria um intermediário entre o presidente e o empresário Joesley Batista. O pagamento era parte de R\$ 38 milhões que Batista teria prometido para que o grupo político do presidente atuasse em assuntos de interesse da JBS no Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ao receber a denúncia, o juiz apontou que os relatos da acusação estão "materializados" nos relatórios policiais, áudios, vídeos, fotos e diversos documentos colhidos na investigação feita pela Polícia Federal e PGR.

A reportagem ainda não conseguiu contato com a defesa de Rocha Loures.

12 DEZ 2017

FOLHA DE LONDRINA

Entre os grandes da população carcerária

O Brasil ocupa a terceira posição mundial no quesito população carcerária. A informação consta no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça, referente aos anos de 2015 e 2016 (até o mês de junho). Segundo o documento, o número de pessoas presas, que inclui tanto as já condenadas quanto as que aguardam julgamento, totalizou 726.712.

O dado, porém, torna-se mais alarmante quando se analisa o número de vagas do sistema prisional: a taxa nacional de ocupação é de 197%, ou melhor, há 19 pessoas presas para cada 10 vagas existentes. Trazendo essa realidade para cada Estado, o Paraná também ocupa a terceira posição, com 51.700 detentos, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

O ranking, que coloca o País à frente da Rússia, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China, não representa nenhum motivo de orgulho. Mas sim de preocupação, de alerta. Especialmente quando os dados apontam para o perfil desses presos: 55% têm entre 18 e 29 anos; 64% são negros; 75% não chegaram ao ensino médio; menos de 1% tem graduação no ensino superior; 6,32% (45.989) são mulheres. Nossas cadeias estão cheias de pessoas jovens, com pouca instrução, e que poderiam estar na lista de mentes empreendedoras, em busca da inovação necessária para levar nosso País ao topo de um ranking sim, mas de desenvolvimento.

Em um evento de Segurança Pública, a presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia, disse que um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês enquanto um estudante do ensino médio custa R\$ 2,2 mil por ano. “Alguma coisa está errada na nossa Pátria amada”, alertou. Ela lembrou ainda a previsão feita pelo educador Darci Ribeiro, em 1982, quando afirmou que, “Se os

governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. A superlotação das cadeias e a realidade da educação no País mostram que isso se concretizou.

Em um contraponto, há pouco tempo, países como a Suécia e a Holanda tornaram-se notícia por estarem desativando presídios pela queda em sua população carcerária. Forte investimento na reabilitação dos presos, penas mais brandas para delitos que envolvam drogas e aplicação de penas alternativas para alguns tipos de crime, como pequenos furtos, são apontados como algumas das razões desta invejável realidade.

Aqui, faltam presídios, mas faltam muito mais investimentos em educação, oportunidades e prioridades.

12 DEZ 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

O gesto exagerado

A Justiça Federal aceitou ontem a denúncia contra o ex-deputado paranaense Rocha Loures, pelo "crime da mala". Ele vai responder por corrupção passiva, após receber os R\$ 500 mil que, segundo os irmãos Batista, seriam usados para silenciar

Eduardo Cunha na prisão. Loures teria realizado a transação a pedido do presidente Temer. As imagens foram exibidas para todo o Brasil e desmoralizaram o ex-parlamentar do Paraná.

Rocha Loures é um empresário bem sucedido no Paraná e tinha

uma carreira política promissora. Embora fosse suplente nesta legislatura, tinha bom trânsito no meio político, em todas as correntes. Porém, a imagem dele correndo com a mala foi forte demais para o eleitor médio. Ou seja, perdeu a chance de seguir na po-

lítica justamente por ter sido fiel a Temer.

A Operação Lava Jato, que teve sua origem na Justiça Federal de Curitiba, colecionou lista de "vítimas" paranaenses, além de Rocha Loures: Paulo Bernardo, Gleisi, André Vargas, Nelson Meurer, entre outros. ■

Justiça Federal aceita denúncia contra Rocha Loures

Ex-deputado paranaense vai responder por corrupção passiva

A Justiça Federal em Brasília aceitou ontem (11) a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra ex-deputado Rodrigo Rocha Loures por corrupção passiva. Com a decisão, o ex-parlamentar passou à condi-

ção de réu nas investigações iniciadas a partir das delações da JBS.

Em junho, Loures foi flagrado pela Polícia Federal (PF) recebendo uma mala com R\$ 500 mil na Operação Patmos, investigação baseada na

delação premiada de executivos da empresa JBS. Ele foi preso a pedido do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, mas ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar enquanto responde ao processo criminal.

O caso começou a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o ministro Edson Fachin entendeu que o ex-deputado não tem mais foro privilegiado e deve responder às acusações na primeira instância. ■

12 DEZ 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Gilmar defende condenação para Lula e Bolsonaro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, disse ontem que atos antecipados de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro poderão levar à condenação por abuso de poder econômico e à cassação de uma eventual diplomação caso sejam financiados de maneira irregular.

Na semana passada, Gilmar foi voto vencido em decisões que rejeitaram processos contra os dois pré-candidatos sob a acusação de antecipação da campanha eleitoral. Segundo ele, o tribunal voltará a discutir o assunto em fevereiro e poderá adotar uma posição mais "enfática". ■

12 DEZ 2017

GAZETA DO POVO

Escola fantasma de R\$ 4,7 milhões escancara impacto da Quadro Negro na educação

Nova sede da E.E. Francisco Pires Machado, em Ponta Grossa, atenderia a mais de mil alunos, mas as obras investigadas pela Operação Quadro Negro estão paradas desde 2015

Era para ser a nova sede da Escola Estadual Francisco Pires Machado, mas a construção de 3,6 mil metros quadrados se resume a dois galpões inacabados de concreto e tijolos, no bairro Cará-Cará, em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Abandonado desde agosto de 2015, o prédio até recebe alunos – não para aulas ou atividades extracurriculares, mas para “fazer folia”. Todos os dias, crianças que deveriam estudar ali usam o espaço apenas para brincadeiras, como “pega-pega” e “pólicia e ladrão”, mesmo entre entulhos, pedaços de madeira, pregos enferrujados e mato alto.

“A gente sai da aula e passa aqui pra fazer folia. Tem bastante espaço pra correr... tem escada, tem salas. É legal”, resume Rafael*, de 11 anos.

O abandono escancara o impacto da corrupção em recursos da educação. No mês passado, a obra entrou na mira da Operação Quadro Negro, que investiga um esquema de desvios de recursos públicos destinados à construções e reformas de escolas estaduais. Orçada em R\$ 4,7 milhões e executada pela Valor Construtora, a nova sede da E.E. Francisco Pires Machado teria dois pavimentos, por onde se estenderiam 16 salas de aula, além de laboratórios de

CONTINUA

informática e ciências, e que serviriam a mais de mil estudantes.

Por ora, no entanto, a construção serve de palco para as incursões de crianças, como Rafael* e seus amigos. Eles parecem não se importar com os escombros, vergalhões expostos ou com as rampas sem corrimões. Pelo contrário: com mochila nas costas, saltam de janelas e correm de chinelo sobre montes de cacos de tijolos. Além dos meninos, o prédio é ocupado por uma pequena matilha de cachorros, provavelmente sem dono.

“Seria legal estudar num colégio desse tamanho”, aponta Renato*. “Já que não dá pra estudar, a gente usa pra brincar mesmo, né?”, completa o menino.

Enquanto o novo prédio não passa de uma construção abandonada, a escola Francisco Pires Machado funciona hoje naquela mesma quadra, mas em estrutura bem mais modesta: seus 500 alunos dividem espaço com os estudantes de uma escola municipal. São apenas seis salas de aula e um laboratório de informática com seis computadores, além de uma sala de professores e uma pequena biblioteca. É ali que Rafael* e Renato* estudam. “A nossa escola é pequena, velha. Falaram que a gente ia estudar aqui, nessa grandona. Mas nunca ficou pronta”, lamentou Rafael*.

Abandono sem aviso prévio

Vizinho da obra, Lourival Vieira da Silva, de 62, anos, trabalhou na construção da escola desde 2013, quando as obras começaram. Ele relata que a Valor Construtora abandonou os trabalhos sem aviso prévio, deixando operários sem pagamento. Com dois meses de salário em atraso e sem receber benefícios trabalhistas, ele recorreu à

CONTINUA

GAZETA DO POVO 12 DEZ 2017

CONTINUAÇÃO

Justiça, que lhe deu ganho de causa. Agora, o pedreiro só espera pôr as mãos nos R\$ 21 mil, estipulados pelo juiz como indenização.

“Ninguém avisou. Parou do nada. A gente veio pra trabalhar, os ‘cabeças’ da construtora não vieram mais. Ninguém disse um nada pra gente”, disse.

A convite da reportagem, ele conduziu a Gazeta do Povo por um vistoria à obra, detalhando o estágio de deterioração do prédio. Apontou incontáveis buracos nas paredes, mesas de concreto destruídas onde seriam os laboratórios, caixas d’água furadas e janelas arrancadas. As privadas dos banheiros foram arrancadas e quebradas. Em alguns pontos, há vestígios do que seriam fogueiras, indicando a ocupação do prédio. “À noite, vira um negócio... Moçada fumando maconha, fazendo farra. Aquela coisa”, contou Vieira da Silva.

Além da deterioração, é possível constatar o prejuízo causado pelo abandono. A fiação elétrica do prédio foi toda furtada. Materiais de construção – como pilhas de tijolos, cimento e cerca de 400 caixas de azulejo – também foram levados. Do carregamento de vergalhões, apenas os menos espessos sobraram, mas já estão completamente enferrujados. A atmosfera de desolação impressiona.

“Era uma obra importante, porque os meninos, hoje, estão espremidos ali [na atual sede da escola], dividindo o espaço com a escola municipal”, apontou o pedreiro. “Ano que vem tem eleição, então talvez voltem a mexer nisso aqui...”, acrescentou.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Documentos

12 DEZ 2017

GAZETA DO POVO

Aos fundos do terreno, em um anexo de madeira onde ficava uma espécie de escritório improvisado da construtora, ficaram montes de papel espalhados pelo chão. Tratam-se de documentos de todo o tipo: desde notas fiscais de chegada de materiais de construção e plantas da obra, até documentos com o timbre do Ministério da Educação (MEC). A papelada reforça a informação de Vieira da Silva, de que a construção foi abandonada às pressas, sem aviso prévio.

A construção

Apesar de se tratar de um colégio estadual, a obra foi gerenciada pela prefeitura de Ponta Grossa, por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado da Educação (Seed) e a o município, firmado em 2011, na gestão do então prefeito Pedro Wosgrau Filho (PSDB). A construção chegou a ter mais de 20 operários trabalhando, mas está parada há mais de dois anos.

Na instauração do inquérito civil que investiga a obra, o Gepatria – grupo do MP-PR de proteção ao patrimônio público – destaca que uma das solicitações para que o convênio saísse do papel partiu do deputado Plauto Miró (DEM), investigado na Quadro Negro e apontado como beneficiário de R\$ 600 mil em propinas que teriam sido pagas pela Valor.

“O Plauto não saía da obra. Vinha todo mês aqui. Depois que parou, nunca mais apareceu”, disse o pedreiro Lourival Vieira da Silva. Por meio de sua assessoria, Plauto Miró confirmou que a construção da escola era um pedido dele e que ele costumava fiscalizar o andamento dos trabalhos, como costuma fazer com outras obras públicas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A ampliação da Quadro Negro

12 DEZ 2017

Na semana passada, a Gazeta do Povo mostrou que a Quadro Negro ampliou suas investigações para obras de 18 escolas, de outras 13 construtoras. Até então, as apurações haviam se concentrado em construções e reformas executadas pela Valor Construtora. Com a ampliação, o Ministério Público deve constatar que os desvios causados pelo esquema de corrupção passam dos R\$ 20 milhões, apontados até agora. Obras tocadas pela Valor em Ponta Grossa também passaram a ser investigadas.

A Quadro Negro

Deflagrada em julho de 2015, a Quadro Negro começou a partir de investigação deflagrada pela Polícia Civil. Posteriormente, com o aprofundamento das apurações e com indícios de participação de servidores do governo estadual, o caso passou a ser investigado por dois grupos ligados ao MP-PR: o Gepatria e o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Até então, os trabalhos se concentraram nos contratos da Secretaria de Estado da Educação com a Valor Construtora. De acordo com as investigações, mais de R\$ 20 milhões foram desviados das obras de escolas estaduais, por meio do esquema. O dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, fechou colaboração premiada, em que apontou que o dinheiro abastecia a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB).

O delator destacou que o então superintendente de Educação, Maurício Fanini, esperava arrecadar R\$ 32 milhões com os desvios relacionados à Valor. Além disso, Lopes de Souza apontou envolvimento da cúpula do governo estadual no esquema: o chefe da Casa Civil, Valdir

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 DEZ 2017

Rossoni (PSDB) e do deputados Ademar Traiano (PSDB) e Plauto Miró (DEM). Todos negam as acusações e desqualificam a palavra do delator.

“De fato, a construção da Escola Estadual Francisco Pires Machado é um pedido do deputado Plauto Miró. Assim como outros tantos que culminaram em grandes benefícios para a comunidade princesina. O principal, entre muitos, está o que culminou na implantação do curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa e no Hospital Regional”, consta da nota.

**nomes fictícios*

Texto: Felipe Aníbal